

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO** -----  
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. -----

----- **ATA NÚMERO SETE** -----  
----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois reuniu no auditório da UACS – Casa do Comércio, sito na Rua Castilho número catorze, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santo António, sob a presidência do seu Presidente efetivo, João Paulo Marques das Neves, coadjuvado por Alberto António Rodrigues Coelho, Primeiro Secretário, e Inês Sofia Borges Silva, Segunda Secretária.

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Maria Elisa Manero Lemos Rodrigues, Vitor Cândido Ribas Nobre José e Luis Filipe Teixeira de Lencastre de Almeida Ribeiro.

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem, João Carlos da Silva Afonso e Maria Dalila Correia Araújo Teixeira.-----

----- **Do Centro Democrático Social (CDS)** – Paula Teresa Naia Fonseca Costa Correia Ribeiro. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Sónia Carla Pinto Costa.-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** - Hernâni Custódio do Carmo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- João Pedro Serrano Mota Lopes, que justificou a sua ausência e foi substituído por Luis Ribeiro. -----

----- Joana Filipa Lourenço Mira.-----

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- (Não se verificaram intervenções do público) -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse que a sua reflexão não se prendia com nenhum dos pontos da ordem de trabalhos.-----

----- Um aspeto era relativo a todo o processo de convocatória da Assembleia de Freguesia, os vários e-mails que foram recebendo ao longo do tempo com vários documentos, uns para trás e outros para diante, mas chegara ao fim sem perceber muito bem quais eram os documentos finais que instruíam todos esses pontos. -----

----- Podia ser inoperância sua mas tendo em conta que só reuniam de três em três meses seria de bom tom alguma ponderação e convocatória com a devida cautela. Convocar com todos os pontos preparados, com a documentação e excecionalmente sugeria um ou outro documento que se podia anexar e de preferência anexar a Junta, ou todos os outros e não de forma avulsa. -----

----- Era uma consideração, não facilitava a preparação para quem nomeadamente na oposição acabava por ter menos ligação ao quotidiano da Junta de Freguesia. Não era uma crítica ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, que convocou no devido tempo e foi facultando a informação quando teria sido com certeza facultada pelo Executivo. Era só uma chamada de atenção para as próximas ocasiões. -----

----- O segundo aspeto da sua intervenção no PAOD era pelo facto de ter passado um ano sobre as eleições autárquicas que levaram à eleição da maioria na Junta de Freguesia e também a um novo Executivo. Uma maioria absoluta ali e uma maioria relativa na

Câmara Municipal de Lisboa. Ali não houve surpresa, infelizmente para os quatro partidos eleitos pela oposição. Sabia-se que era uma disputa difícil, pelo histórico da Junta de Freguesia, todos fizeram com certeza o melhor, mas a Câmara Municipal de Lisboa constituiu surpresa, inclusivé para quem apoiava essa candidatura.-----

----- A democracia era assim e ao fim de um ano tinham que fazer uma leitura de tudo o que se passou. A convocatória era quase uma pequena cereja na decoração do bolo que tinha sido esse ano de mandato, não da Junta de Freguesia mas do cômputo geral, o que os “Novos Tempos” trouxeram tando a nível da Câmara Municipal como da Junta de Freguesia. -----

----- Ao nível da Câmara Municipal era que um dos problemas colocado um ano atrás tinha finalmente resolução, condicionando de uma forma que calculava ser premente a atuação da própria Junta de Freguesia quando estavam finalmente a ratificar a celebração de contratos de higiene urbana, de resíduos urbanos e de espaços verdes em outubro de 2022 quando houve eleições em outubro de 2021. -----

----- Para si era significativo da inoperância de todo um Executivo e de todo um mandato, para além de muitas outras histórias como o Fundo de Emergência Social. Poucos dias atrás o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa foi à televisão apresentar essa medida que tinha largos anos, foi lançado por uma antiga Vereadora, a Arquiteta Helena Roseta. Teve várias evoluções e agora era apresentado como uma medida revigorada e ampliada. -----

----- Estavam perante um acerto do valor que era proposto, que a Freguesia tinha a possibilidade de implementar, equivalente ao que foi possível implementar no ano anterior e já na última execução contratual. Não sabia porquê esse valor mas certamente haveria uma explicação. Pensavam haver um crescimento potencial dessa verba.-----

----- O Fundo de Emergência Social afinal não ia crescer, era só uma junção de valores que eram atribuídos de outra forma, o apoio alimentar que era atribuído de outra forma. -----

----- Era a história do primeiro ano de mandato autárquico e ao nível da Junta de Freguesia continuava-se à espera de um projeto. Acreditava que não haveria um projeto quando ganharam as eleições, havia um projeto que era dar continuidade a uma gestão que já era continuidade de outra gestão e continuava-se nisso. -----

----- Ao fim de um ano celebravam-se protocolos com a PSP, Bombeiros da Ajuda Cruz Verde e contratos com a Câmara. Não havia projetos, iniciativas, ideias.-----

----- O edital era o retrato de um ano de mandato na Câmara Municipal de Lisboa e na Junta de Freguesia de Santo António.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que, em relação aos documentos, os últimos enviados resultaram do facto do Executivo reunir à segunda-feira ao fim da tarde, por vezes muito tarde. Não fazia sentido enviar sem estarem aprovados pelo Executivo, apesar de ja estarem previamente disponíveis. -----

----- Quanto ao resto não fazia nenhum comentário especial. Aceitava aquilo que foi dito, pelo papel político que lhe competia. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que tinha três questões e uma delas tinha a ver com a documentação. A última compilação que foi enviada de documentação já foi muito em cima. Estava a comentar com um Membro do PS se era repetido ou não, porque várias coisas pareciam repetidas. -----

----- Entendia que reunissem à segunda-feira a altas horas mas para preparar a documentação tinham que ter prazo para o fazer e várias vezes foram feitos alertas para isso. Quem estava desse lado não conseguia analisar seriamente a documentação e tinham que voltar a falar desse assunto porque ele era recorrente. Sempre que voltava a acontecer tinham que infelizmente perder tempo com o mesmo assunto. -----

----- Outra questão tinha a ver com uma freguesa que era para estar ali hoje, mas era uma pessoa de idade e pediu que fizesse uma pergunta à Junta de Freguesia e principalmente ao Senhor Presidente. Como ia falar em nome de outra pessoa lia uma carta dessa freguesa de Campo de Ourique, mas a questão tinha a ver com Santo António, dirigida ao Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique em 2015 e relatava a situação que a senhora se queixava.-----

----- Para não cometer nenhuma gaffe iria ler exatamente a carta, porque perguntara-lhe se podia ler e para levar o ponto de situação que Assembleia viesse a apurar. Era ao Senhor Presidente da ANAFRE em 10 de dezembro de 2015:-----

----- *“É nessa qualidade que dirijo a Vossa Excelência o meu pedido de intervenção na demanda que me opõe ao Presidente da Junta de Freguesia de Santo António. -----*

----- *Como V. Exa. talvez se recorde, o meu marido tinha o sonho de realizar uma exposição sobre o Vasco Morgado e Laura Alves, visto possuir provas fotográficas e trabalhos de ambos no teatro.-----*

----- *Quando ele faleceu desejei satisfazer este sonho e para isso Vasco Morgado neto seria certamente a pessoa mais interessada. -----*

----- *Nesse propósito telefonei para a Junta de Freguesia de Santo António e à pessoa que me atendeu contei o motivo do meu telefonema. -----*

----- *Achou ótimo, entretanto falou com o Senhor Vasco Morgado, que foi a minha casa. Analisou todo o material e informou-me que no dia seguinte um bombeiro seu amigo iria recolhê-lo. Começou nessa altura todo o meu problema, março e abril deste ano. -----*

----- *Por estar sob forte depressão deixei que levassem máquinas, expositores, peças para iluminação, caixas de slides, etc., sem ter um documento comprovativo dessa saída. Foi emprestada para ser exposta e devolvida.-----*

----- *Na altura Vasco Morgado pediu-me para arranjar uma fotografia do meu marido para ser exposta também e que me mandaria convites para a mesma exposição, mas os dias e os meses passaram e apesar de inúmeros telefonemas e das conversas tidas com a secretária desse Senhor, que me vai dizendo que já o informou e que está à espera. E lá vão passando, espero que alguns dias. -----*

----- *Ultimamente enviei ao Senhor Presidente uma carta registada com aviso de receção, dando-lhe um prazo até ao final de novembro para a exposição, ou que me devolvesse todo o espólio. No entanto, o silêncio manteve-se.-----*

----- *Estou ou não a ser vítima de um logro, de uma pessoa mal intencionada, agindo de má fé, etc. etc.”-----*

-----Nessa parte ia pular porque não era relevante para ali.-----

----- Relevante era que entretanto a Senhora tinha a declaração da Junta de Freguesia a dizer que sim, que aquilo era para uma exposição e era um empréstimo, mas tinha várias cartas e várias informações dela que houve telefonemas e nunca mais devolveram o material nem fizeram a exposição, nem a contactaram.-----

----- A preocupação da Senhora era saber onde estava esse material, se estava em bom estado de conservação. Eram peças muito antigas, inclusivé para além do valor simbólico havia valores materiais, porque o seguro era elevado e estava tudo no seguro. -----

----- Entretanto houve outros desenvolvimentos relacionados com uma queixa apresentada junto da PSP, segundo a Senhora.-----

----- Tinha ficado de expor a situação para tentar perceber e dizer à Senhora o que se passava.-----

----- Outra questão tinha a ver com os trabalhadores da higiene urbana. Sabia que estava marcada uma reunião com o sindicato para o dia 6 de outubro mas continuavam sem atualização do suplemento de salubridade e penosidade, segundo lhe disseram. Continuavam a queixar-se de muita falta de pessoal, que também já se falou noutras vezes

e que estava a ter várias consequências, porque as pessoas iam saindo para reforma e tinha consequências nos serviços prestados. -----

----- Os postos de limpeza onde essas pessoas estavam, no Rato e nos Restauradores, também saber qual era o ponto de situação. Sabia que isso não dependia só do Senhor Presidente e da Junta de Freguesia, também dependia da Câmara Municipal, mas ficava o pedido de ponto de situação. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que para as crianças em Santo António tinham as AECs das escolas, oferta de material escolar no início do ano letivo em todas as escolas, doze turmas. Os seus filhos já não recebiam mas na altura recebiam todos os anos. Também havia o prolongamento dos JI, tinham o projeto “Bússola”. ----

----- Havia o facto dos Lâncias serem também patrocinados pela Freguesia e a sua filha também praticava. Sabia porque era utilizadora. -----

----- Havia o projeto das férias para os meninos. Durante quinze dias os meninos saíam dali às nove horas e chegavam às cinco, iam para a praia. Todos os meninos da Freguesia podiam fazer isso. -----

----- Para os idosos havia a entrega da alimentação, também a praia e férias. Até tinha pena de não ser idosa porque deviam ter sido uma férias em grande. -----

----- O supermercado “Valor Humano” acabava por ser um apoio em termos de alimentação, em termos de género para as pessoas que estavam identificadas como necessitando de apoio. -----

----- Por isso não podia concordar com a análise que o Membro do PS fez, que disse não haver projetos. -----

----- (intervenção fora do microfone) -----

----- Continuando, disse que foi eleita e tinha tanta legitimidade para falar como o Senhor, ainda estavam num País democrático. Não admitia que alguém lhe dissesse que não podia falar. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** recordou que foi o dia em que tudo começou pós revisão administrativa, com as eleições em 2013, no dia 29 de setembro. Um pouco mais tarde dava-se por terminada a contagem dos votos num novo mapa geográfico da Cidade de Lisboa, de 53 passaram para 24. Houve quem dissesse que ainda eram muitas, houve quem dissesse que não deveria haver revisão administrativa, houve quem dissesse que ficavam bem por aí. -----

----- Foi todo um mundo novo, com outras competências, com outras capacidades de trabalho. Foi-se crescendo uns com os outros, alguns que ainda ali se mantinham e outros que foram saindo, outros que saíram e voltaram. Tinha-se feito o caminho caminhando, não havia outra forma de o fazer. -----

----- Nesse dia 29 de setembro celebravam-se nove anos e haviam de pelo menos fazer esse mandato, o 10º, 11º e 12º ano de aniversário. -----

----- Era uma honra para si ter estado ali desde o início e ter submetido, tal como todos ali dentro, a votos e que tivessem confiado mais no seu projeto do que noutros, a verdade era essa. -----

----- Democraticamente havia uma coisa que fazia sempre questão de dizer, todos os que estavam ali foram eleitos em liberdade e pela liberdade, sempre com o poder escolher. Infelizmente havia outros sítios onde isso não era possível, mas felizmente que em Portugal gozavam do poder escolher. Com certeza que todos achavam que se o povo escolhia estava escolhido escolhia bem, fosse quem fosse. -----

----- Agradeceu a todos que acompanhavam a Freguesia de Santo António desde o seu início, desde o meio, desde os que chegaram agora, todos eles ajudaram a fazer da Freguesia de Santo António, perdoassem-lhe a imodéstia, a melhor Freguesia da Cidade

de Lisboa. Foi com os alertas, reparos, críticas, com toda a gincana política que existia nesses meios que se ia fazendo e iam crescendo.-----

----- Respondendo à Membro Sónia Costa, dizer que se devolveu todo o espólio à Senhora a pedido da família dela. Identificaram-se descendentes, já não se lembrava muito bem porque foi há muito tempo. Saíu da Junta uma carta a dizer que foi tudo devolvido. ----

----- O bombeiro que falava era funcionário da Junta, já lá não estava, pediu mobilidade uns anos atrás. -----

----- Quanto à higiene urbana, os subsídios, conforme acordado com o Senhor Presidente, assim que houvesse a disponibilidade da verba começariam a fazer os pagamentos com os retroativos todos. Havia uns que já estavam a receber o subsídio atual, faltavam os retroativos e alinhar alguns pontos.-----

----- Em relação aos postos de limpeza, estava a ser articulada a transferência do edifício, com todas as vicissitudes que isso tinha dentro da Câmara. -----

----- O FES, como bem o Membro do PS ali falou sempre houve acertos. Não era de agora, nem da vigência do Vereador João Afonso, já antes havia acertos em todos os mandatos. Nunca chegaram ao fim com o mesmo valor, infelizmente, porque sempre que era preciso mais era por haver mais necessidade. -----

----- Em relação aos projetos, percebia o que se tentou dizer. Discordava plenamente, mas a começar por um daqueles projetos que supostamente não existiam, a continuidade, a manutenção de um projeto era também um esforço financeiro, humano, de tudo o que existia dentro da Junta. Podia começar pela clínica dentária, era um deles que ainda se mantinha. -----

----- Centro Social Laura Alves, Valor Humano, Espaço Júlia, Bússola, saúde mental que era o projeto Farol. Esse até chateava que só a Freguesia de Santo António tivesse uma coisa desse género, porque a saúde mental devia estar na ordem do dia e não estava. ---

----- O polidesportivo do Passadiço, que por causa das obras da Ducla teve que deixar de ser usado e entretanto a empresa que fez as obras da Ducla faliu e não repôs o Passadiço conforme tinha que repor. Estava-se a negociar com a Câmara porque antes disso houve dois anos de Covid, não era atirar a culpa para trás, era explicar o que se passou.-----

----- Em termos de projetos podia-se dizer que os fregueses de Santo António eram uns privilegiados, iam uma vez por mês ao teatro por exemplo, tinham o PEDIBUS, era a única Freguesia que respondia vinte e quatro horas com o whatsapp, havia a Biblioteca Cosmelli Sant’Anna. Podia continuar a enumerá-los. -----

----- Se estavam a falar do atual mandato, efetivamente havia alguns projetos bloqueados. Na Freguesia ganhou-se com maioria absoluta, na Câmara não. Alguns deles estavam dependentes de situações onde o próprio Executivo da Câmara dependia dos votos de outras forças políticas.-----

----- Já tinha batido de frente com alguns Vereadores eleitos pela mesma força política. Ainda antes da reunião tinha estado a falar com um senhor porque nunca mais desimpediam lá um papel devido a não haver maioria. -----

----- A maioria facilitava umas coisas mas depois também dava direito a outras. As maiorias por vezes deslumbravam e depois começavam a fazer muita asneira umas atrás das outras. Mas isso acontecia e quando não estavam habituados a ter maiorias. Felizmente em Santo António, mesmo quando não tinham sempre houve a colaboração da Assembleia de Freguesia. Nunca nada dentro da Freguesia foi travado por um voto ou por uma decisão que se pudesse dizer de oposição só porque sim. Ali mesmo quando não tinham maioria sempre conseguiram governar. Noutros lados não era assim. -----

----- Portanto tinham uma série de projetos. Uns deles estavam para rebentar porque efetivamente... não estava a dizer que se fossem outros a ganhar não davam o dinheiro na mesma, demoravam mais tempo ou menos tempo mas com certeza não era isso que estava

a dizer, mas estiveram à espera de verba que não havia. Graças ao boom do turismo os cofres da câmara começaram a ter alguma liquidez e começou a haver possibilidade de começar a libertar as verbas. -----

----- Percebia o que o Membro João Afonso quis dizer, não concordava e contrapunha, como era óbvio num debate salutar como esse e dizer-lhe que falta de projetos a Freguesia de Santo António nunca teve e tinha dúvidas que mesmo quando se sentasse ali outra pessoa pudesse ter porque felizmente o próximo ou próxima teria pela frente um trabalho feito que depois lhe competia gerir, continuar, decidir o que quisesse nos projetos. -----

----- Todos os projetos que tinham felizmente funcionavam. Uns deles adorava fechá-los, que lhe dissessem que não era preciso. A Mercearia Social, que era sinal de não precisarem de apoiar, e o Espaço Júlia, que era sinal de que a violência doméstica não existia. -----

----- O Espaço Júlia existia desde 2015 e com muita pena sua na altura que o Membro João Afonso esteve na Câmara não tinha a competência para ajudar, que de certeza absoluta tinha ajudado. Só agora o Espaço Júlia conseguia um intento que tinham, tendo passado alguns Vereadores pelo pelouro, que desde quinze dias atrás teve direito a uma casa abrigo para poder fazer as ações mais prementes de retirar a vítima de casa e colocar em casa abrigo caso houvesse essa necessidade. -----

----- Estavam abertos desde 2015, sempre se pediu isso à Câmara e só agora se conseguia ter uma casa abrigo.-----

----- Projetos havia, uns estavam para continuar. O projeto político tinha uma série de promessas que estavam a ser feitas, uma delas era a manutenção de projetos já existentes. Outras havia, como por exemplo estar à espera de autorização da competência, que ainda não foi a reunião, para os carregadores elétricos, para poderem colocar quatro carregadores duplos dentro da Freguesia em vários espaços. -----

----- Estava-se à espera de conseguir perceber como seria o PGDL que começava em janeiro. Tinham um projeto para a Avenida da Liberdade de passagem dos quiosques para a Junta e reestruturação de todos os verdes da Avenida, porque aqueles verdes estavam feitos numa altura em que se gastava água. -----

----- Atualmente já havia orçamentos e estava-se a tentar junto dos fundos do PRR tornar os edificios sustentáveis em termos de gastos elétricos.-----

----- Projetos havia, sempre tiveram e continuariam a ter. Podiam ser mais fáceis ou mais difíceis mas lutariam por eles até ao fim. Existiam autorizações que não dependiam só da Junta, nem só da chancela do Presidente ou do Vereador do pelouro em questão.-----

----- Havia um concurso aberto para doze candidatos e estava vazio, mas não era caso único, os concursos ficavam desertos. -----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse que apenas tinha discordado de uma forma um pouco mais enérgica em relação à intervenção da Membro Maria Elisa Rodrigues, mas não tinha mandado calar, longe de sim fazer tal coisa. -----

----- Os projetos que tinha enunciado eram todos projetos que a CML muito tempo antes passou para as Juntas de Freguesia, que ficaram responsáveis pela sua implementação, o Praia-Campo e essas coisas todas. -----

----- Muitos desses projetos foram iniciados ao longo do tempo e tivera a felicidade de acompanhar a implementação de alguns deles, ter sido convidado a participar na sua implementação. Tal como na altura tinha apoiado e continuava a congratular-se da Freguesia ter muitos desses projetos e dar-lhes continuidade, o que dizia era o enunciamento político de novos projetos, que caminho se estaria a seguir. -----

----- A sua intervenção teria dado azo à intervenção do Senhor Presidente e era muito importante para todos ouvi-lo. Agradecia imenso a extensa intervenção que fez a enunciar o trabalho e a continuidade do trabalho. -----

----- Tinha pedido para falar e dizer isso mas também que os nove anos da nova Freguesia de Santo António, das novas Freguesias de Lisboa, foram anos muito desafiantes para quem esteve à frente dos Executivos das Freguesias, foram anos que considerava extremamente importantes. Era daqueles que considerava do ponto de vista urbano que deveriam até ter menos Freguesias, mas percebia a lógica e o processo. -----

----- Esse trabalho foi muito importante, assim como o trabalho que os Presidentes das Freguesias tiveram durante esse tempo, sendo ainda um processo em consolidação. Independentemente das discordâncias de programas e projetos todos os Executivos das Juntas de Freguesia de Lisboa estavam de parabéns, fizeram um trabalho extraordinário em montar estruturas autárquicas que eram maiores do que a maior parte das Câmaras do País. -----

----- Ficasse bem claro que havia um contexto de mandato e de determinados projetos e havia um contexto de consolidação de um projeto autárquico de Juntas de Freguesia com um campo de competências próprias e de resposta direta a uma comunidade. Felicitava os Executivos que estiveram à frente das Juntas de Freguesia nesses nove anos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria apenas fazer uma piada. Felizmente herdaram a competência direta da Câmara, mas comparar o Praia-Campo da Câmara com o da Junta de Freguesia era comparar a Costa da Caparica com Punta Cana. Adorava a Costa, ia todos os anos para a Costa, mas era mais ou menos comparar o incomparável. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que nesse momento estava numa hercúlea atividade de procurar uma casa e podia dizer que andava nas Juntas de Freguesia todas a ver os projetos. Infelizmente não havia nenhum Executivo que tivesse os projetos dessa Junta. -----

----- Desafiava o Membro do PS a dizer uma Junta que fizesse um trabalho semelhante a Santo António em relação aos jovens. -----

----- Ainda não era idosa, felizmente trabalhava e não precisava de apoio social, mas precisava de projetos para os seus filhos e por isso desafiava a lembrar-se de uma Junta do PS que fizesse. -----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** apresentou o seguinte documento:-----

#### ----- **Recomendação** -----

“----- *Campanha de sensibilização sobre o lixo na Freguesia de Santo António e valorização dos trabalhadores da higiene urbana.* -----

----- *Considerando que:* -----

----- *1. Atualmente a higiene urbana é uma das áreas mais sensíveis da nossa Freguesia;* -----

----- *2. São visíveis os problemas de acumulação de lixo em algumas ruas, nomeadamente junto aos ecopontos, em alguns recantos e à porta de prédios em determinadas zonas da Freguesia;* -----

----- *3. A acumulação de lixo conduz a sérios problemas de saúde pública, com o aumento de pragas de ratos e baratas;* -----

----- *4. A dura tarefa dos trabalhadores da higiene urbana tem de ser valorizada. Trata-se de um trabalho árduo por parte destes trabalhadores da Junta de Freguesia para conseguirem responder aos diferentes problemas causados pelo lixo na Freguesia. A manutenção de situações de precariedade, os baixos salários e a exigência intrínseca da profissão levam a um desgaste físico e psicológico destes trabalhadores;*-----

----- *5. A manutenção do espaço público depende também de todos os moradores e visitantes e não apenas dos trabalhadores da higiene urbana.* -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santo António reunida a 29 de setembro de 2022, ao abrigo do artigo 9º, número 2, alínea j) do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:-----

----- 1. Valorizar os trabalhadores da área da higiene urbana na Junta de Freguesia, prosseguindo uma política que garanta vínculos estáveis e remuneração adequada para o exercício da sua função;-----

----- 2. Pressionar a Câmara Municipal de Lisboa para aumentar a periodicidade da recolha do lixo na Freguesia;-----

----- 3. Criação de uma campanha criativa e permanente de sensibilização da população para os horários e formas de colocação do lixo, a importância da reciclagem e a forma correta de depositar grandes volumes na via pública. Esta campanha deve ser realizada com a maior brevidade e de forma reiterada, com principal atenção aos locais de acumulação de lixo;-----

----- 4. Sensibilizar os proprietários, gestores e usuários de imóveis afetos ao alojamento local para as regras de recolha e reposição de lixo.-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que concordava com a maioria das coisas que estavam ali.-----

----- Havia também uma falta de fiscalização e de punição, não no mau sentido. Quem já visitou a Europa sabia que as pessoas tinham que meter aqueles sacos à porta e se acontecesse alguma coisa errada aquilo era uma altercação, havia logo polícia.-----

----- Ali havia um sentimento muito grande de impunidade e por muito que se quisesse sensibilizar e fazer campanhas podia dar um exemplo que lhe custava imenso, não foi nenhum partido ali representado que fizesse passar a Lei de não mandar beatas para o chão mas todos os dias retirava da frente do prédio dezenas de beatas. As pessoas deitavam as beatas para o chão e era proibido por Lei.-----

----- Uma coisa era proibir, outra coisa era sensibilizar e outra coisa era punir. Era como passar sinais vermelhos, se não acontecia nada passavam.-----

----- Concordava com a recomendação mas faltava um pouco de fiscalização e de haver algum sentimento que as pessoas tivessem receio de fazer essas coisas.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que se estivesse ali sentado votaria sem problema nenhum a favor da recomendação, mas também havia a tal confusão de competências entre a Junta e a Câmara, já quase considerada mito urbano. Não sabia como se explicar que a Câmara levava o caixote e a Junta apanhava do chão, as pessoas queriam era o lixo apanhado.-----

----- Na recomendação os trabalhadores da higiene urbana eram os da Câmara. Os da Junta eram trabalhadores de limpeza urbana, ou de ambiente urbano. Essa recomendação estava ali e numa terça-feira próxima estaria na Assembleia Municipal, porque grande parte dela era dirigida especificamente à Câmara.-----

----- Tinha pedido informações à sua coordenadora do departamento e queria só citar dois pontos relativamente às ações de sensibilização que faziam regularmente, tanto internamente como para a população em geral.-----

----- O Magazine de Santo António passou a ter áreas específicas com informações de cidadania, onde incluía sempre informações sobre como depositar o lixo, quando se devia depositar.-----

----- O departamento de fiscalização que passaram a ter pouco tempo antes tinha aferido um número de coimas, porque gostassem ou não isso só lá ia quando mexiam com o bolso.-----

----- Podia estar ali a dourar a pílula, mas não. Já se tinha até pedido para aumentar o departamento de fiscalização, porque ainda não estavam muito habituados à coima mas pasariam a estar. Podia dizer que havia uma loja que começou com 750 euros e já ia nos



5000 euros, mas não era por causa disso que deixava de fazer aquilo que fazia. Era mais uma forma de orçamento. -----

----- Se estivesse do outro lado não tinha problema em votar isso. Percebia mas faltava a valorização dos da Junta, que não eram da higiene urbana, eram da limpeza urbana, nesse caso do ambiente urbano. -----

----- Provavelmente isso iria aparecer nas outras 23 Juntas, como o PSD ou o PS tinham recomendações que faziam em todo o lado. Era normal, mas lembrar que havia uma grande confusão em relação ao que era competência da Câmara e que era competência da Junta nesse aspeto, porque efetivamente ficaram com meia descentralização. -----

----- A Junta varria e lavava, tinha até um CDC que fazia com que passassem nas eco-ilhas, mas não fazia rigorosamente mais nada e o que se passava com a limpeza urbana era que efetivamente havia uma desregulação da sociedade. -----

----- Um dia em tom de brincadeira tinham estado a cronometrar a volta do carro das eco-ilhas e por exemplo na Rodrigues Sampaio, a primeira eco-ilha perto do Teatro Tivoli, o carro demorou uma hora e um quarto a dar a volta toda e depois demorou mais trinta minutos a ir vazar e voltar. Depois de terem passado e terem deixado tudo limpo, aquela mesma eco-ilha estava outra vez cheia. -----

----- Havia uma dificuldade que pensava ser colmatada uma das partes com a entrada dos funcionários para a CML, seriam umas 300 pessoas. Não sabia como iriam ser distribuídas, não era do seu rosário. -----

----- A Junta tinha um concurso para doze lugares a decorrer e estava vazio. Nem portugueses, nem estrangeiros nem coisa nenhuma, doze lugares vazios. Estava-se a falar de um vínculo à função pública por tempo indeterminado. -----

----- Votaria a favor, só pedia que da próxima vez tentassem meter os funcionários da Junta que tão valorosamente davam “o litro” à chuva e ao sol. Parecia só haver funcionários da Câmara, mas nas Juntas também havia. -----

----- Na Junta de Freguesia não tinham higiene urbana, tinham funcionários na limpeza urbana e no ambiente urbano. A Câmara fazia higiene e a Junta fazia limpeza e por isso quase todas as Juntas mudaram o nome dos departamentos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que toda a gente estaria dentro do espírito do que se pretendia, que era chegar ao fim do dia e ter a Freguesia mais limpa. Era isso que todos pretendiam, independentemente de saber quem era, porque todos se sentiam mal quando viam coisas sujas. -----

----- Era uma recomendação para pressionar a Câmara e com certeza seria algo que faziam, não via nenhuma oposição. -----

#### ----- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Atas nº 5**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 1 abstenção da Membro Maria Dalila Teixeira e votos a favor dos restantes Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 6**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

#### ----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **Ponto 1. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 370 AF/22 Ratificação da celebração de Contrato de Delegação de Competências com Município de Lisboa para recolha de resíduos.** -----

----- **Ponto 2. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 371 AF/22 Ratificação da celebração de Contrato Interadministrativo de Cooperação com Município de Lisboa para higiene urbana** -----

----- **Ponto 3. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 410 AF/22**  
**Aprovação celebração de Contrato de Delegação de Competências com Município**  
**de Lisboa para manutenção espaços verdes** -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que o PCP era contra a delegação de competências, pelos motivos que foram sobejamente ditos noutras Assembleias e que não iria repetir. Portanto iria votar contra.-----

----- Como era evidente, o que estava li subjacente era uma forma de transferir para as Juntas de Freguesia as responsabilidades, nomeadamente a recolha de resíduos e limpezas em redor dos ecopontos. Essa era uma responsabilidade que devia ser da Câmara e não deviam ser as Juntas de Freguesia a arcar com essa incapacidade da Câmara, sobrecarregando os seus trabalhadores. Isso em relação aos pontos 1 e 2. -----

----- Relativamente ao ponto 3 a lógica seria a mesma, porque o PCP sempre se opôs a que parte dos espaços verdes tivessem passado para as Freguesias na sequência da reorganização administrativa. Considerava mesmo que isso abriu caminho à privatização da gestão dos espaços verdes na cidade e essa era uma questão essencial e não podia concordar que nesses espaços estruturantes, a manutenção que devia ser realizada pela Câmara Municipal passasse a ser feita pelas Juntas de Freguesia, aprofundando um caminho que o PCP entendia desde o início errado e que não iria repetir, relacionado com sub-financiamentos que eram transferidos, responsabilidades que eram transferidas, economias de escala e a componente da privatização de serviços que considerava não deverem ser feitas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação as **propostas relativas aos pontos 1, 2 e 3 da ordem de trabalhos**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, PS e CDS-PP), 1 voto contra (PCP) e 1 abstenção (BE). -----

----- Referiu que o ponto 4 tinha sido retirado. -----

----- **Ponto 5. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 419 AF/22**  
**Aprovação celebração de acordo de doação de bens.** -----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse que não havia nada para votar. Não havia de facto uma doação de bens à Junta de Freguesia, do que se conseguia ver pela leitura da proposta. -----

----- Uma entidade privada disponibilizava-se para, por via da Junta de Freguesia, adquirir bens necessários aos utentes da Mercearia Social e a Junta de Freguesia era o agente dessa operação, mas não havia uma doação de bens à Junta de Freguesia. Era uma colaboração da Junta de Freguesia com essa entidade no sentido de fazer chegar bens. Não havia um bem que tivesse um valor financeiro que entrasse nas contas da Junta de Freguesia. Portanto, do ponto de vista legal isso não era uma doação.-----

----- Não estava a pôr em causa a operação em si, a bondade da operação e o facto de já se ter feito, só estava a dizer que não era uma doação. Podia ser um contrato, uma cooperação assumida pela Junta de Freguesia. Não tinham que votar na Assembleia a entrada de qualquer valor para o Orçamento da Junta de Freguesia. -----

----- Não era jurista mas tinha perguntado, fez-se essa leitura... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o que estava a ser explicado era que de certa maneira esse ponto seria inútil, era o que se estava a querer dizer.-----

----- **Membro João Afonso (PS)** respondeu que não só era inútil como o que se enunciava, quando se disponibilizavam a ter as faturas copiadas para análise muito bem, estava certo, era um procedimento que ficava bem do ponto de vista da transparência mas que era completamente desnecessário do ponto de vista formal e para o Tribunal de Contas também não servia para nada. Para o Tribunal de Contas isso não existia sequer. -----

----- Era como se a Mercearia Social recebesse um bem, esse bem entrasse para o espólio da Junta de Freguesia e depois fosse entregue aos fregueses. Aí havia uma doação efetiva e entrava nas contas da Junta de Freguesia, no património da Junta e tinha que sair da Junta de Freguesia, seriam duas decisões sobre essa matéria.-----

----- Não era isso que se fazia. Eles eram entregues na Mercearia Social e eram distribuídos, não via qualquer óbice nisso, tinha plena confiança no que estava a ser feito, sempre foi demonstrado o que era feito e por onde chegava. A questão era a forma como isso era feito, poderia levantar mais questões e era nesse sentido.-----

----- Percebia quando se disponibilizavam a fazer um registo dos bens que iam ser levantados do retalhista e apresentados se houvesse dúvidas sobre essa matéria, achava isso ótimo, mas do ponto de vista legal e formal não havia uma entrada nem saída de bens para a Junta de Freguesia. Portanto, não era uma doação à Junta de Freguesia.-----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** disse que não constituía uma receita da Junta esse cartão que tinha sete mil euros, ou teria que estar no Orçamento e teria que ser fiscalizado pelo Tribunal de Contas. Não constituindo uma receita da Junta não era uma doação.-----

----- Estava a fazer só o cenário que quando a Junta usava o cartão as faturas saíam em nome da empresa que atribuiu o cartão.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não.-----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** perguntou, se saía em nome da Freguesia, onde tinha entrado a receita. Tinha que entrar como uma receita.-----

----- (diálogos cruzados)-----

----- Continuando, perguntou se era a primeira vez que isso acontecia.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não era. Era a primeira vez esse modelo, normalmente aprovaram-se em Assembleias de Freguesia anteriores, nos outros mandatos, uma pré-minuta de doação, a aceitação. Era a primeira vez que havia algo desse género.-----

----- Por exemplo o Solar dos Presuntos mandava entregar três mil quilos de arroz e passava-se o donativo daquilo que ia na guia, era uma coisa diferente. Dessa forma era a primeira vez.-----

----- A Mercearia Social não tinha valor jurídico, o valor jurídico era o da Junta. Era a primeira vez que existia efetivamente uma doação desse tipo.-----

----- Estava a ouvi-los e o Membro João Afonso teria razão se não fosse dessa forma, mas o entendimento era também informar que ia entrar um cartão com um donativo desse tipo que estava previsto no Orçamento, havia uma verba aberta de “donativos”.-----

----- A primeira vez que se pôs uma verba de donativos no Orçamento foram quinze mil euros, ultrapassou-se esse valor e fez-se a retificação.-----

----- O gabinete jurídico e o Executivo entenderam que seria melhor levar à Assembleia, obrigatoriamente.-----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** disse que constituindo uma receita e acrescentando a uma rubrica já existente, depois haveria despesas em nome da Junta, com número de contribuinte. Assim era diferente porque assim não fazia sentido e mais ainda quando punham ali que havia um anexo para o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas iria fiscalizar, como fiscalizava a conta da Junta...-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que depois enviavam, sendo aprovado na Assembleia para o efeito, o Relatório de Contas para o Tribunal. Isso era o normal.-----

----- Era a primeira vez que acontecia assim.-----

----- (diálogos cruzados)-----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse que tinha essa dúvida, foi uma leitura errónea da proposta. Percebera agora que havia uma rubrica já aberta onde estava contabilizado

dinheiro de doação que por enquanto cobria o que estava ali previsto, não precisavam de alterar a rubrica, as faturas entravam para a contabilidade da Junta de Freguesia e as cópias serviam para junto da empresa comprovar que o dinheiro era gasto efetivamente em bens para a loja. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a majoração do donativo autárquico chegava aos 140%. Era mais alto que nos bombeiros, que só dava 120%. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 419\_AF/22 Aprovação celebração de acordo de doação de bens**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 6. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 420 AF/22 Aprovação celebração de protocolo com a PSP** -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que obviamente não iria votar contra mas não podia deixar de fazer uma observação, que o equipamento devia ser garantido pelo Estado. -----

----- O Senhor Presidente estava-se a encolher mas essa observação não era pelo valor dos mil euros, era pelo valor que estava por trás disso tudo. Não se ia opor porque reconhecia a falta de equipamento, isso não estava em questão, achava era que o meio não devia ser esse e cabia nessas situações deixar claro que quem tinha que garantir isso era o Estado Central. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o seu gesto era de “óbvio que sim”. Estava-se a contorcer porque quando tratavam disso em Executivo diziam uns aos outros que assim também nunca mais lá iam porque havia sempre gente a substituir-se, mas se não se substituíssem não havia. Não podiam deixar os homens sem um computador. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 420\_AF/22 Aprovação celebração de protocolo com a PSP**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 7. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 421 AF/22 Aprovação celebração de protocolo com a AHBV Ajuda Cruz Verde** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 421\_AF/22 Aprovação celebração de protocolo com a AHBV Ajuda Cruz Verde**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 8. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 422 AF/22 Aprovação celebração de Contrato de Delegação de Competências com Município de Lisboa para Fundo de Emergência Social e seu aditamento** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 422\_AF/22 Aprovação celebração de Contrato de Delegação de Competências com Município de Lisboa para Fundo de Emergência Social e seu aditamento**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -

----- **Ponto 9. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 423 AF/22 2.ª Alteração Orçamental Modificativa A 2022 (versão 2)** -----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** disse que em nome da sua organização mental voltava a falar do envio da documentação, porque a pergunta que queria fazer também tinha a ver com isso. -----

----- Dos três ficheiros que receberam, um no dia 20 de setembro, outro no dia 22 e outro no dia 27, no dia 22 recebeu-se um mail do Senhor Presidente a dizer que ia com quatro anexos e que desconsiderassem a primeira proposta e os documentos relativamente à alteração orçamental, só que no primeiro ficheiro ia de facto essa alteração e também a execução da Junta ao mês de julho, tanto da receita como da despesa. -----

----- A sua primeira pergunta era se esses documentos também foram desconsiderados ou se os podiam analisar nesse ponto. Deduzia que sim, era uma mera informação da execução da receita.-----

----- Nos mapas que apresentaram relativamente à execução da receita ao mês de julho, a Junta fazia a execução de 55,62%. Era equilibrada, meio ano mais um mês. Já na despesa parecia não haver esse equilíbrio, com uma execução em 44,52%, menos 11% do que a receita.-----

----- A sua pergunta era se havia algum racional para esse desfasamento de 11%, alguma materialidade relevante que ocorresse no segundo semestre e que justificasse. Podiam ser os contratos. Olhando para os detalhes via-se rubricas com uma execução da despesa muito baixa, 20% e 15%, coisas da ação social e de espaços verdes. Portanto, a pergunta ao Senhor Presidente era se haveria alguma razão material para esses 11%.-----

----- Outra questão tinha justamente a ver com um crescimento galopante na rubrica das multas e outras penalidades, em que o Senhor Presidente tinha previsto 5.000 euros e já cobrou 21.000 euros. Pensava que estava com uma hiperatividade nas contraordenações, um fiscal da EMEL, mas já percebera que era um serviço de fiscalização que estava ativo. Essa questão ficava esclarecida.-----

----- Ficava então a pergunta do diferencial entre os 44% e a despesa.-----

----- Relativamente à execução orçamental, fazia aquilo que era hábito nessas coisas e comparava a proposta apresentada pelo Senhor Presidente com o mapa da receita e da despesa.-----

----- Começando pelo mapa da receita e na proposta, que era a referência, tinham na alínea a) uma inclusão de 21.210 euros para espaços verdes e depois havia mais uma rubrica de 17.000 euros para projetos da CPCJ, que esses no mapa estavam claramente assumidos e não tinha dúvida nenhuma relativamente a essas duas verbas que eram reforço.-----

----- A dúvida era relativamente à alínea b), que dizia haver uma redução de 18.862 euros mas no mapa da receita aparecia apenas 1.174 euros. Embora houvesse uma explicação, que não entendiam, pedia ao Senhor Presidente que explicasse porque passavam de uma alínea b) que dizia serem reduzidos os 18.000 e depois só tinham 1.174 euros.-----

----- Com esses ajustamentos a Junta ficava com uma previsão inicial de 5.765.128 euros, havia um reforço de 38.710, uma redução de 1.170 e passava-se para um Orçamento de 5.802.664 euros.-----

----- Portanto, relativamente à receita a dúvida era como se passava dos 18.000 para 1.170.-----

----- Em relação à despesa, além de haver as mesmas dúvidas... quando se queria comparar aquilo que dizia a proposta não se encontrava expressão no mapa. Por exemplo na alínea a), quando se dizia haver uma inclusão de 21.000 euros, o que se verificava no mapa era que só existia um reforço de 13.210 euros. Estaria metido noutras rubricas, admitia que sim, mas não se percebia e era uma dúvida.-----

----- Outra dúvida prendia-se com o reforço das duas verbas em equipamentos, 4.500 euros mais 13.000 que estavam também afetos à CPCJ e que deduzia que fossem do reforço dos 17.000 da receita mas que também não encontrava ali espelhado.-----

----- Tal como não encontrava na despesa os 39.000 euros de despesas de capital, que não apareciam na proposta mas apareciam no justificativo que se fazia. Não sabia se esses 17.000 estavam metidos nos 39.000 euros.-----

----- Chegando ao valor final da despesa pedia ao Senhor Presidente que fizesse um exercício usando o telemóvel, que era uma conta simples. Na página 3 havia uma previsão inicial do Orçamento da Junta de 5.765.128,62 euros, estava-se a fazer um reforço de 52.210,24 euros, os 13.000 mais os 39.000, e a fazer uma diminuição de 10.174 euros.

Feitas essas contas a previsão corrigida estava errada. Isso já não era uma dúvida, era a constatação de um facto. -----

----- Sabia que era um erro e que ninguém foi ali meter mais, mas era um erro que tinha de ser corrigido. Não sabia onde estava esse erro e tinha feito essa pergunta básica que fazia sempre. Estava um diferencial de 4.500 euros, ou havia receita a menos ou despesa a mais, era mesmo um erro contabilístico. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que depois pediria ao TOC para responder tecnicamente à pergunta. -----

----- Em relação ao diferencial de 11%, além de serem contratos que estavam a ser gastos havia uma grande prudência. A grande maioria iria em setembro e equilibrava o diferencial de 11%. Aguardavam-se ainda duas das tranches da taxa turística para efetuar essa situação. -----

----- O acerto do valor que se orçamentou, com a inclusão do aditamento e o acerto da não execução do FES do ano anterior, de 18.466,05 euros. -----

----- **Doutor Frazão (TOC)** disse que o FRESOFT, como muitas vezes tinham constatado, tinha algumas deficiências a nível da apresentação de contas. -----

----- No que respeitava à previsão corrigida no caso da receita, as previsões iniciais com os montantes tanto do CPCJ, que se estava a reforçar para o valor exato desse ano, como para o contrato de manutenção dos espaços verdes, se fizessem essa conta linear não chegavam aos 5.802.664,61 euros, o valor que depois dessa alteração orçamental modificativa aprovada, se fosse, seria o valor do Orçamento da Junta e que iria continuar até ao final do exercício económico. -----

----- Os 1.174,05 euros era uma compensação de saldos em função da explicação que foi dita no documento em relação ao valor que não foi executado do FES anterior, com o aditamento do novo e com o valor que tinha sido orçamentado. O problema foi que na feitura desses orçamentos, na generalidade das Freguesias isso aconteceu, havia valores que se estimavam vir a receber da Câmara Municipal e só agora se estavam a efetivar os verdadeiros montantes. -----

----- A previsão corrigida da receita, nem o software permitiria se não fosse assim, era exatamente igual à previsão corrigida da despesa. Era assim que tinha de ser feito. -----

----- Os cerca de 13.000 euros eram a compensação entre a saída que teria de ser despendida por via do contrato de manutenção dos espaços verdes, deduzido do valor que o Executivo ia aplicar para investimento nos termos do CPCJ. De facto o documento não ajudava nada, mas a dotação corrigida e a previsão corrigida eram exatamente iguais. --

----- Se fizessem a conta das alíneas que estavam explicadas do que se aumentava e diminuía iria dar o saldo do equilíbrio orçamental. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se tinha falado de um valor de 1.174,05 euros, mas por coincidência havia um valor de 10.174,05 euros na página 3.

----- (Diálogos cruzados) -----

----- **Doutor Frazão (TOC)** disse que o FRESOFT também tinha coisas boas, mas de facto a apresentação dos documentos previsionais tinha algumas deficiências, tanto mais que até costumavam utilizar a nível da prestação de contas e do Orçamento muitas vezes documentos de excel. Não para apresentação das contas oficiais, mas muitas vezes tinham que socorrer de outros documentos para ter uma leitura melhor para os eleitos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que era um programa homologado e o mais que podiam fazer era tentar falar com alguém que ajudasse a melhorar um pouco a apresentação. -----

----- **Doutor Frazão (TOC)** referiu que a dotação corrigida e a previsão corrigida estava correta, o princípio do equilíbrio orçamental. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que estavam todos conscientes de haver algumas deficiências nas aplicações informáticas que não estavam ao nível. Eram coisas provavelmente certificadas pelo Tribunal de Contas e a única coisa que podiam queixar era que podia haver algum melhoramento do software. -----

----- Uma pessoa leiga como no seu caso, rapidamente com uma conta simples ficaria logo induzido.-----

----- Já tinham percebido que a visão simplista induzia nesses erros, mas já todos concordaram, conforme explicação do Doutor Frazão, que os valores nas previsões corrigidas estavam corretos e nas previsões iniciais também e que apesar das parcelas que andavam ali pelo meio somadas de uma forma linear podiam concluir que o valor estava correto.-----

----- Perguntou, com essas reticências colocadas, qual era a opinião relativamente à aprovação dessa alteração orçamental.-----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** sugeriu que na redação da deliberação se espelhasse, para salvaguarda de todos, que foi detetado pelo grupo do PS um diferencial na última coluna, no total, quando confrontada a previsão inicial, o reforço e a diminuição, um diferencial de 4500 euros. -----

----- Havia um documento com treze páginas e também lá estava a dizer qual era o Orçamento corrigido depois dessas deliberações. -----

----- O que se tinha de colocar na ata era essa circunstância, comprometendo-se a Junta a que isso depois fosse, em sede de contabilidade, analisado ao detalhe e corrigido. Percebia o que foi explicado mas o software haveria de corrigir isso num momento qualquer, não podiam ter uma conta com 4500 euros a mais. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se devia salvaguardar na ata que os valores das previsões corrigidas do Orçamento total estavam corretos, assim como a previsão inicial que estava espelhada, sendo que a visualização dos deves e haveres na página 3 tinham alguma discrepância e isso tinha a ver com o funcionamento do próprio software, mas do ponto de vista do Orçamento os 5.802,664,81 euros estava correto. ---

----- Esse era o valor com que a Freguesia teria que se “coser” daí para a frente e era o mais importante. Deviam colocar isso na ata mas garantindo que era o valor do Orçamento e que concordavam com ele. -----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 423\_AF/22 2.ª Alteração Orçamental Modificativa\_A\_2022 (versão 2)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PSD, CDS-PP e 1 PS – Membro Maria Dalila Araújo), 2 votos contra (PS) e 2 abstenções (PCP e BE)----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Eu voto favoravelmente porque entendo que isto faz parte da gestão da Junta e porque de facto as alterações relativamente à despesa e à receita estão corretas, mas com esta declaração de que esta discrepância que não é material, é contabilística, deve ser resolvida e que foram detetados esse 4500 euros nessa análise entre o que estivemos a corrigir e o Orçamento inicial.* -----

----- *Esta é a declaração de voto e eu propunha que a Junta monitorizasse isto, dentro dos constrangimentos.*-----

----- *Portanto, voto favoravelmente mas com algum desconforto.”* -----

----- **Membro João Afonso (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Eu voto contra no sentido em que penso que estes documentos deveriam ser previamente corrigidos e depois votados.* -----

----- Não ponho em causa a validade da informação que nos foi dada, penso é que eles deviam ser corrigidos, mas de forma nenhuma aceito a posição de votação destes documentos nesta Assembleia e exprimo desta forma.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que assim fechavam o ponto, com as declarações de voto. Foi aprovado mas com essas reticências que depois queriam espelhadas na ata. Esperava também que do ponto de vista do TOC conseguisse melhorar isso junto da Software House, para ficar com um ar mais normal. -----

----- **Ponto 10. – Informação Trimestral do Presidente (3º trimestre 2022);** -----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse que mais uma vez constatava com satisfação e felicitava os funcionários da Junta de Freguesia pelo seu empenho e trabalho afincado ao longo dos meses, pela muita atividade que iam desempenhando, mas havia uma diferença entre o relatório de atividades dos serviços e uma informação política do Senhor Presidente sobre aquilo que era a implementação do seu programa eleitoral ao longo dos tempos. Mais uma vez tinham o relato daquele período que geralmente os serviços apresentavam. -----

----- Havia um tema que queria falar, que se cruzassem a informação listada como temas da comunicação... ou seja, aquilo que comunicação noticiou por vezes não era tema dos próprios serviços que executaram. Havia um desfazamento que não percebia muito bem em alguns aspetos. Se comesçassem a cruzar e fazendo uma leitura intersetorial, a comunicação falava de coisas que outros fizeram mas que esses não falavam e algumas delas eram peculiares. -----

----- Não valia a pena entrarem em detalhe mas esse documento, mesmo para relatório de atividades de serviços, merecia uma revisão geral para haver um completamento da informação. -----

----- Felicitou a Junta de Freguesia pelo empenho na celebração dos 100 Anos do Parque Mayer. O relatório registava esse evento e até pensava que tivesse um maior destaque. Pensava que iria ser só Parque Mayer mas não foi. -----

----- Tinha um lamento. Celebrava-se o momento, a efeméride, mas as comemorações não cumpriam as expetativas que inclusivé seriam as do Senhor Presidente da Junta. Ficava-se à espera de um maior compromisso do Município para com o Parque Mayer e a Junta de Freguesia de Santo António. Isso não estava em nenhuma parte do relatório, nem mesmo no texto de introdução do Senhor Presidente. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por agradecer à equipa de funcionários e colaboradores da Freguesia de Santo António a possibilidade de apresentar, desfazado ou não, trabalho em mais três meses. Costumava dizer em brincadeira, nas analogias futebolísticas, que eram o Benfica das Juntas de Freguesia... podia ser o Real Madrid da Champions. Era um trabalho árduo que faziam todos os dias nos vários departamentos. -----

----- Congratulava-se com a parabenização do Membro João Afonso em relação ao Parque Mayer. Sabia que estavam todos à espera de ser só Parque Mayer e até tinha brincado a dizer que o iam acusar de ter pouco Parque Mayer, mas foi uma opção, não valia a pena estar. -----

----- Em relação ao poucochinho do Parque Mayer, o tempo assim o diria. Podia dizer que estavam a ser dados passos importantes para a reabilitação total do Parque Mayer e não casuística. O Membro João Afonso sempre o ouvira falar sobre o Parque Mayer e sempre contra o tipo de recuperação que estavam a fazer, a forma como estavam a fazer. -----

----- O Capitólio passou de teatro a cervejaria com palco com aquilo que lhe fizeram. Tiraram-lhe uma teia, tiraram 900 lugares. Basicamente aquilo servia como cervejaria com palco, tipo o Café Império. Adorava História mas não gostava de dar lições de História e tivera uma pega com o Arquiteto Aires Mateus exatamente por causa disso,



explicando-lhe que o Cristino da Silva, Arquiteto do edificio do Capitólio, dois anos depois de ter feito aquele mamarracho transformou-o num teatro. -----

----- A cervejaria com palco não era uma coisa sua, era uma frase que o Cristino da Silva disse na alteração das telas finais do Capitólio. O Capitólio era de 1929 e em 1931 foi alterado, passou a cervejaria com palco, teve um *downgrade*. -----

----- Em relação ao Variedades, que tinha 1080 lugares, teria 280. -----

----- Foram recuperações casuísticas e atenção que houve hipótese dos arquitetos do Parque Mayer... punha-se de parte nisso, até se tinha oferecido, fazia parte do lote que se ofereceu para ajudar na recuperação do interior dos teatros. Não estavam a falar se a parede era branca ou amarela mas sim do interior técnico dos teatros. -----

----- Álvaro Covões, Luis Montez, Paulo Dias, Paulo Sousa e Costa, La Feria, tudo o que era produtor de teatro ofereceu-se para ajudar a transformar tecnicamente os teatros sem os estragar e a resposta foi que sabiam o que estavam a fazer. -----

----- De momento estavam a ser dados passos para a recuperação integral e não fazer o mesmo erro no Maria Vitória que fizeram nos outros dois.-----

----- Havia o apadrinhar e o chamar a si o projeto da Junta de Freguesia, que era público e que os Membros da Assembleia saberiam, de levar para dentro do Parque Mayer os conservatórios e transformar aquilo numa aldeia cultural com várias salas mais pequenas. Essas três eram icónicas da sua fundação. Voltar a ter vida dentro do Parque, um microcosmos dentro de Lisboa, o que aquilo era. Os mais velhos sabiam, os mais novos talvez menos mas ouviram falar. -----

----- Transformar isso numa aldeia cultural com um pólo do Museu do Teatro, com um pólo do Museu do Brinquedo porque houve uma coisa que se deixou de fazer em Portugal, a criação de novos públicos. O Museu do Brinquedo, com um teatro infantil ou juvenil por cima, fazia com que eles se habituassem a ir ao teatro desde pequeninos e quando crescessem continuarem a ir ao teatro. Não se inventou nada. -----

----- Percebia e aceitava com graça a crítica do pouco Parque Mayer no relatório. Era verdade, foi de propósito, mas teria destaque na próxima edição do Magazine. Uma coisa compensava a outra. -----

----- De resto, os três meses de trabalho da Freguesia estavam explanados. Não deixavam ali todos de realçar o trabalho que os funcionários da Junta de Freguesia faziam todos os dias para conseguir de três em três meses dar informação, mais ao gosto de uns e menos ao gosto de outros mas a informação estava lá e o trabalho estava feito. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia leu a Ata em minuta referente à presente reunião e submeteu à votação, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- Não havendo mais intervenções, deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.

-----

1º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -  
 ----- PRESIDENTE  
 -----